

CONJUNTURA BRASILEIRA, CONTRARREFORMAS EDUCACIONAIS E PERSPECTIVAS PARA A LUTA POPULAR (MESA DE ENCERRAMENTO DO V INTERCRÍTICA)¹

Marcio Pochmann²

Olá a todas e a todos! Nosso abraço fraterno, solidário. Cumprimentando o esforço que cada um e cada uma tem feito para poder estar reunido nesses dois dias de reflexão, algo importante de retomarmos depois do interregno que nos impôs a pandemia, que nos permitiu avançar a reflexão na nossa área de estudos pela internet, mas certamente não é a mesma coisa da riqueza de um evento em que a gente esteja de forma presencial. Então quero dizer para vocês que eu fiquei muito agradecido pelo convite que foi feito, pela oportunidade de estar novamente, antes na Fiocruz, agora aqui na UERJ. Gostaria de parabenizar a iniciativa e dizer também da alegria de poder compartilhar essa mesa com o professor Gaudêncio, a quem tenho grande admiração pela trajetória, pelo compromisso, que ele demonstra e pratica. Algo importantíssimo de a gente reconhece isso na intelectualidade brasileira, que é o seu engajamento e o seu compromisso.

Eu tinha sido informado que era uma aula, então eu preparei três horas de aula, mas a sorte é que eu tinha feito o pedido para ter um teleprompter para poder ler, mas infelizmente não trouxeram teleprompter, então vai ser de improviso mesmo. E pretendo ficar nos minutos regulamentares, como diz o nosso presidente: nas quatro linhas, para que a gente possa fazer então, a parte talvez mais importante que vem

¹ Artigo recebido em 27/03/2023. Aprovada pelos editores em 30/03/2023. Publicada em 13/04/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i44.57869>.

Transcrição da conferência do Prof. Dr. Marcio Pochmann (Unicamp - São Paulo), na Mesa de Encerramento ocorrida no dia 11 de outubro de 2022, tendo o Prof. Dr. Frigotto como debatedor. A mesa foi realizada durante o V INTERCRÍTICA (10 e 11 de outubro de 2022) nas dependências da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz), Rio de Janeiro, Brasil, e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil. Transcrição realizada por Nicolly Borges (bolsista PIBIC/CNPq – Projeto de pesquisa “Estado, políticas públicas e educação profissional, sob a orientação do Prof. Dr. Lucas Barbosa Pelissari.

² Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas - São Paulo, Brasil. Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - São Paulo, Brasil. E-mail: pochmann@unicamp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0354661040243765>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3940-1536>.

com a exposição do professor Gaudêncio e o debate. Não se trata aqui de uma discussão com iniciantes, estamos entre iguais e meu papel talvez seja estimular um pouquinho com elementos que me parecem necessários quando se trata da temática da conjuntura.

A discussão sobre conjuntura é algo que tem validade, ao meu modo de ver, na medida em que a estrutura de classes da sociedade, assentada na infraestrutura econômica, se mantém relativamente estabilizada e, portanto, a análise de conjuntura serve para atualizar a evolução que ocorre do ponto de vista da estrutura da sociedade. Mas lembro aqui um amigo comum, o professor Marco Aurélio Garcia, que dizia isso, um pouco antes de morrer a uns dois/três anos atrás, que as análises de conjuntura dele duravam no máximo duas horas, porque corria o risco de duas horas depois alterar os elementos sobre os quais ele havia feito a reflexão.

Digo isso porque me parece que nós estamos diante de uma mudança estrutural da sociedade e, por conta disso, a análise de conjuntura é circunstancial, ela não mais atualiza a estrutura, pelo contrário, a conjuntura termina, na verdade, refletindo as mudanças de natureza estrutural. E esse é um ponto para mim muito importante, porque ela coloca em xeque às abordagens, o entendimento, o debate que nós estamos tendo no Brasil que está circunscrito ao curtíssimo prazo.

Nós estamos, inclusive, diante de uma eleição de natureza plebiscitária. Eu, há 40 anos atrás, quando ainda estava cursando a graduação, lembro-me que era comum naquela época, início dos anos 80, haver discussões, debates sobre o que seria o Brasil no ano 2000. Vinte anos depois, era comum haver estudos, livros, bancos faziam publicações, instituições de pesquisas, autores, à direita ou à esquerda, Celso Furtado de um lado, Roberto Campos de outro. Havia um debate sobre o que seríamos nós amanhã, não que soubéssemos de fato, mas havia, na verdade, essa preocupação com o amanhã. E, infelizmente, ao meu modo de ver, nós estamos num momento, nessa terceira década do Século 21, diante de uma espécie de cancelamento do futuro.

O que temos a dizer sobre o que será daqui a quatro anos quando esperamos ter novamente eleições presidenciais? O que será o Brasil em 2030, 2040? No momento em que o país passa para a maior transformação demográfica da sua história, salvo em 1850, que, com o fim do tráfico negreiro, nós tivemos uma regressão absoluta da população, mas depois retomou com as imigrações, etc.

Nós estamos diante de uma situação que daqui a 18 anos, se o IBGE tiver correto nas suas projeções, a população brasileira vai reduzir em termos absolutos, porque será maior a quantidade de mortos diante dos nascidos. Nós, em 2008, tínhamos cerca de 52 milhões de jovens de 16 a 29 anos de idade. Hoje vamos ver o censo, ver o IBGE, o censo vai nos dizer qual é a população de jovens de 16 a 29 anos, mas possivelmente nós teremos cerca de 48 milhões. Tínhamos 54 milhões, hoje estamos com 48 milhões. Isso no IBGE, com as projeções que foram feitas antes da pandemia, portanto elas estão superestimadas em termos de população.

A população de jovens de 16 a 29 anos, daqui a 2100, será de 26 milhões. O Brasil, que teve a sua população multiplicada por cinco vezes no século XIX, 10 vezes a população foi multiplicada no século XX, e talvez venha a crescer 4% apenas a população ao longo do século XXI. Isso para falar da questão demográfica e não vamos adentrar a todas as implicações que representa isso do ponto de vista etário. Cidades completamente despreparadas para conviver com a população envelhecida e as consequências que significam o envelhecimento, num país que não tem sistema de transporte decente, habitações inadequadas, numa sociedade em que viver não é só trabalhar, há outras oportunidades etc.

Então, para chamar atenção que nós estamos vivendo um momento rico da história nacional, uma mudança de época, tal como os brasileiros que nos anteciparam e na década de 1880 viveram. Para entender o Brasil de hoje, porque ainda temos racismo estrutural, é preciso entender o que aconteceu lá na década de 1880. Na luta que se travou depois de 20 anos de enfrentamento da escravidão, maior movimento popular que esse país já viu no século XIX, 20 anos de luta pela abolição da escravatura. E fazer a luta da abolição da escravatura, em 1880, era muito mais difícil que o que hoje nós temos como enfrentamento. Imaginemos um Parlamento como era em 1871. O primeiro discurso contra a escravidão foi feito por Joaquim Nabuco, que quase apanhou dos seus pares, que eram praticamente todos proprietários de terra e de escravos.

A luta que se travou foi chave para acabar com mais de três séculos e meio de escravidão, mas não ocorreu aquilo que era o sonho dos abolicionistas. Não apenas a soltura dos escravos, mas se defendia muito mais do que isso. Não era a Lei Áurea com dois artigos: “encerra-se a escravidão e cumpra-se a lei!”, uma pobreza do ponto de vista legal, mas se trabalhava com outra hipótese: da integração do ex-escravo na

sociedade, a distribuição de terras, a repartição da riqueza, inclusive, a universalização do acesso ao ensino, num país cuja língua mais conhecida era o tupi-guarani.

Imagina a luta contra a escravidão quando o sujeito social, os negros, estavam praticamente aprisionados em fazendas e nem a língua do português falavam direito. Mas foi feita essa mudança, não como gostariam, mas isso foi resultado da luta de classes, da correlação de forças num momento trágico do Brasil. O que era o Brasil ao final do século XIX? Uma tristeza, e os brasileiros não baixaram a cabeça. Ou se nós fizermos a segunda grande transformação do Brasil, na década de 1930, que foi a mudança de um país agrário, primitivo, para um país urbano industrial. A modernização que se trava em torno da luta dos tenentistas, que tinha uma clareza que era impossível aquela sociedade primitiva, onde 90% da população estava morando no campo e mais de 80% analfabetos, lutar por um projeto de país urbano industrial.

No Clube 3 de Outubro liderado por Osvaldo Aranha em 1932, estava muito clara a necessidade de que esta mudança estrutural do país precisava ser feita com reformas importantes, como, por exemplo, a reforma fundiária, a defesa que tá no programa do Clube 3 de Outubro de Osvaldo Aranha dizendo que a propriedade privada é o elemento central do capitalismo. E o país é capitalista, portanto, a validação da propriedade privada só seria feita na medida em que houvesse função social da terra. Uma terra sem função social não justificaria a propriedade privada. Isso em 1932. Somos um país que não mexeu na estrutura fundiária, pelo contrário, agravou-se. Perdemos só para o Paraguai, somos o segundo país com maior concentração de terras do mundo.

Mais do que a questão da destruição da terra, estava lá no programa do Clube 3 de outubro de 1932, a defesa, por exemplo, do lucro. O país é capitalista, então, o lucro tem que ser preservado. Mas a preservação do lucro se dará, apenas, se pagar impostos. O lucro que não paga imposto não é justificável. Olha, nós estamos em 2022 e os lucros e dividendos no país não pagam impostos. Isso são questões, na verdade, de uma correlação de forças, de lutas, de projeto, de visão de futuro, de sonhos, utopias.

Isso nós vivemos por gerações fantásticas. Teve a Revolução de 30, depois alguém diz assim: “mas não foi revolução”. Tudo bem. Então, em 1930, o que

acontece diante da grande depressão: Getúlio Vargas abandonou o padrão ouro-libra, que era o que vigia naquela época. Nós saímos do padrão do ouro-libra, alguma coisa como: no próximo ano nós vamos sair do padrão dólar, vamos para o lene japonês ou vamos para o Yuan. Vamos continuar dependendo do padrão americano ou vamos ser uma outra moeda?

Mais do que isso, lá em 1930, o que fez Getúlio? Concentrou e monopolizou a taxa de câmbio. O que significa o seguinte: apropriar-se do excedente em moedas feita pelo setor exportador, os cafeicultores. Imaginemos, a partir do ano que vem, uma parte do excedente do agronegócio servirá para financiar a infraestrutura do país, num congresso que nós sabemos como é atualmente. E, mais do que isso, fez auditoria da dívida brasileira e descobriu, lá em 30, que uma parte importante da dívida não era justificável.

Imagina uma auditoria da dívida pública no Brasil. Então apenas para chamar atenção: teve 30, mas teve 32 com a contrarrevolução dos paulistas, teve 35 com a chamada intentona comunista, teve 37. Ou seja, são períodos em que há uma disputa enorme, em que é possível na verdade reescrever a história com nossas próprias mãos. É essa, digamos assim, a questão central para mim: de entender o Brasil nesse início do Século XXI. Estamos diante de uma mudança de época, todavia, o que predomina hoje é que o Brasil vive o mesmo período histórico, porém permeado de mudanças.

A sociedade brasileira segue praticamente a mesma e, portanto, partidos, sindicatos, associações civis, entidades da sociedade civil se mantêm praticamente os mesmos como se a sociedade fosse a mesma. Porém ela sofre mudanças que vêm de fora, sobre as quais nós não temos autonomia, não temos governabilidade, portanto nós nos adaptamos a elas como é o caso da globalização. O entendimento de que a globalização é um movimento feito por grandes corporações e o país tem que se adaptar a elas ao interesse dessas corporações, o que foi justificável para fazer a chamada reforma trabalhista: se o Brasil não se ajustar, “você quer direitos ou quer empregos?”. Para ter emprego, obviamente não pode ter tantos direitos. Os direitos têm que ser reduzidos para que o investimento externo, o capital estrangeiro se instale no Brasil, porque se nós continuarmos com essa quantidade de direitos é mais fácil investir no Paraguai, porque lá, por exemplo, as férias são só 15 dias e não 30 dias. Esse argumento que tem sido utilizado.

É a mesma coisa em relação à questão climática. Sem falar evidentemente na questão da tecnologia, do determinismo tecnológico, que é nos apresentado como praticamente o fim do emprego. A tecnologia vai reduzir, comprometer o emprego, ou seja, a literatura, a leitura que se tem sobre a questão tecnológica, ela é, na verdade, pessimista, negativa. Então não vai ter emprego amanhã, como é que eu vou imaginar um jovem, que está no seu ensino médio, na universidade, que a tecnologia vai destruir o emprego. Que motivação ele terá? Qual é a utopia que o anima a mudar a realidade e construir um futuro diferente, sendo que não é a visão que se tem do ponto de vista alternativo? A leitura que se faz da tecnologia como supridora de emprego, que é, na verdade, uma invenção feita por consultorias patronais e divulgada pelo fórum econômico mundial e por algumas universidades e colegas, da destruição do emprego.

No entanto, se nós formos analisar a realidade, o que que nós estamos vendo é que esta revolução informacional, ela não está, na verdade, suprimindo emprego, ela tá mudando a natureza do trabalho, que é algo completamente diferente. Se nós tomarmos como referência, por exemplo, a Federação Internacional de robótica, isso tá na internet, você pode ter acesso caso tenha interesse, que acompanha o processo de robotização nos países, a quantidade de robôs por países, a inteligência artificial, enfim, engenheiros que acompanham e monitoram isso. Em 2019, antes dessa confusão que estamos vivendo depois da pandemia, os países mais avançados na inovação tecnológica (estamos falando, portanto, de Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul, Alemanha, China, Estados Unidos), esses países mais avançados do ponto de vista de inovação tecnológica não eram países que tinham um problema de desemprego aberto, não tinham o desemprego estrutural, tecnológico. A taxa de desemprego era entre 3 a 4% da força de trabalho. Não quer dizer que eles não tinham problema de mercado de trabalho, salário baixo, precarização, etc. Mas a escassez de emprego não. Aliás, países que têm problema de desemprego são países que não investem em tecnologia, que é o nosso caso.

O Brasil não se caracteriza por investimentos tecnológicos de grande monta continuados no tempo. Aliás, o setor que mais investimento tecnológico tem feito é o setor de telecomunicações ou setor ou ramo financeiro. Os bancos fazem muito investimento em inovação tecnológica. E, justamente, um dos setores que mais emprego gerou tem sido o ramo financeiro, só que mudou a natureza do emprego.

Em 1988, nós tínhamos cerca de 1 milhão de trabalhadores no ramo financeiro, 850 mil trabalhadores bancários contratados diretamente pelos bancos, escriturário, gerente, caixa. Em 2014, antes de começar a nossa confusão toda, o ramo financeiro, ao invés de um milhão de trabalhadores, ele tinha um milhão e 800 mil trabalhadores contratados diretamente pelos bancos. As funções tradicionais eram 400 mil. Então, entre 1988 e 2014, houve uma redução de contratados diretamente pelos bancos de 850 mil para 400 mil.

No entanto, as ocupações no ramo financeiro, terceirizados como era em 1988, permitido pela lei, o trabalhador que era segurança da agência, o guardinha da agência bancária ou o trabalhador de transporte de valores, o carro forte, havia 150 mil trabalhadores terceirizados no ramo financeiro em 1988. Em 2014, nós tínhamos um milhão e 400 mil trabalhadores terceirizados no ramo financeiro, 800 mil trabalhadores nas agências lotéricas ou correspondentes bancários, 200 mil agências lotéricas fazendo atividades próximas, equivalentes, similares às de um banco. Havia 120 mil, segundo o IBGE, trabalhadores para os bancos como consultores.

Uma mudança brutal e a estrutura sindical permaneceu a mesma. Até houve aumento no número de sindicatos de bancários, aumentou o número de diretores, mas a base estabelecida lá nos anos 30, a estrutura corporativa, enxugou de 850 mil para 400. Só que havia na verdade um milhão e 400 mil trabalhadores que ficaram à margem da legislação trabalhista, à margem do sindicalismo, à mercê de quem? Das igrejas e até mesmo do crime organizado. Uma mudança na sociedade espetacular e nós, digamos assim, estamos como cegos sem perceber essa alteração profunda na sociedade brasileira e ao acreditarmos que a sociedade segue sendo a mesma, porém permeada de mudança de fora, que não tem muito que fazer se não nos acomodarmos. Nós estamos perdendo o laço social.

Aqui me encaminhando para a parte final, quais são os elementos que estruturam esta mudança estrutural do Brasil? A começar pelo fato que nós estamos diante de uma outra divisão internacional do trabalho e nós estamos nos colocando, enquanto país, numa posição em que aprofunda o nosso subdesenvolvimento. Nós não estamos tratando, na verdade, de uma visão de país dentro desta reconfiguração que está ocorrendo em termos de uma divisão nova do trabalho no mundo. Isso está ocorrendo fundamentalmente porque estamos diante do principal acontecimento dos últimos 500 anos, que é o esgotamento do projeto de modernidade ocidental que

ocorre fundamentalmente pelo deslocamento do centro dinâmico do mundo do Ocidente para o Oriente.

Ou alguém tem dúvida que a Ásia, que a China recupera o seu protagonismo como existia até então, até o século XVI ou XVII? Até 1453, quando houve a queda de Constantinopla, que interrompeu as antigas rotas da China, as rodas da seda, que era o que mantinha o comércio entre uma Europa primitiva e atrasada, e uma Ásia avançada para a época, produtora de especiarias, de literatura, de cerâmica, de pólvora, entre tantas coisas.

A interrupção desse comércio com a ascensão dos turcos, hoje em Istambul, fez com que a Europa se reorganizasse, especialmente, através dos impérios, inicialmente portugueses, espanhóis. Minha associação com cidades-estados italianas, Gênova, entre outras cidades ricas num esforço enorme de buscar reconstituir as rotas antigas da seda, mas não andando em direção ao Oriente, mas sim avançando em relação ao Ocidente através do Oceano Atlântico.

As grandes navegações foram fundamentais do ponto de vista de conhecer os novos percursos pelo mar, como navegar com as estrelas etc. E Vasco da Gama chega às Índias, demonstrando que é possível, pelo Oceano Atlântico, chegar novamente e reconstituir o comércio que havia sido interrompido. E nessas rotas, como sabemos, o conquistador europeu chegou, para eles, num continente desconhecido: as Américas, o continente americano. Américo Vespúcio fez propaganda do que ele conheceu e permitiu que se usasse o nome dele e não do Colombo. Talvez no continente, a única coisa que sobrou era a Colômbia.

O que interessa, evidentemente, é que, a partir deste novo movimento que acontece a partir da Europa, nós vamos ter o estabelecimento de um projeto de modernidade assentado no eurocentrismo e toda a base nossa do conhecimento, toda a base da nossa história, tudo parece ter começado a partir da Grécia. E depois da Europa com o Iluminismo, com a Reforma Protestante, com o catolicismo.

Isso nos fez, na verdade, povos novos, organizados, em torno da mercadoria, estabelecida pelo sistema colonial europeu. Trezentos anos do sistema colonial europeu, que constituiu a primeira cadeia global de valor, lá no século XVI, XVII. Integrando-os através do tráfico negreiro, os africanos trazidos, arrancados de sua terra, e estabelecidos na América, para produzir mercadoria na terra da América e levar a mercadoria para a Europa. Fundamental na acumulação primitiva, para que

erguesse o capitalismo, especialmente na Inglaterra, com as apropriações do ouro e dos metais e riqueza que nós tivemos e tudo isso foi feito enterrando a cultura milenar que aqui existia.

Pouco sabemos, inclusive, dos nossos antepassados, porque parece que a nossa história começou em 1500. Mas nada disso! Há estimativas que sinalizam haver presença humana há 50 mil anos. Inclusive tem uma pesquisa fantástica feita no Piauí, que mostra registro da presença humana há muito tempo. Nós tínhamos o Império Inca, por exemplo, cujo espaço ocupado pelo Império, do ponto de vista territorial, equivalia ao espaço que o Império Romano teve na Europa Ocidental e, para nós, a história da Roma, dos Romanos. México, a cidade que foi soterrada pelos espanhóis no século XVI, chegava até 250 mil habitantes, o que superaria a população de Paris na época. Temos uma história riquíssima sobre a qual nós quase nada sabemos. Os povos originários, porque aqui nós somos colonizados com a ideia do projeto de modernidade ocidental, e esse projeto ruiu ao colapso da modernidade, a modernidade líquida, a pós modernidade, enfim, uma discussão ampla em relação a isso.

O fato concreto é que há um deslocamento inegável do ponto de vista econômico, mas também cada vez mais tecnológico, militar e político para a Ásia. Ou seja, nós estamos, de certa maneira, fazendo com que os últimos 500 anos, talvez sejam um lapso de tempo, numa história em que a principal parte dinâmica esteve na Ásia, e nós quase nada sabemos do que fazer em relação a esse novo dinamismo.

Estamos cada vez mais nos associando à China como se fôssemos a associação ao Antigo Império inglês britânico, como produtor de mercadorias primárias. Um país que tem a somatória das exportações e importações, o comércio externo já equivale a 40% do PIB brasileiro, quando ele chegava no máximo a 6%, 7% do PIB dos anos 80, quando nós tínhamos a 6ª maior indústria do mundo. Hoje temos a 16ª indústria do mundo, quando o país respondia por 3,2% do PIB. Hoje responde por 1,6%. Essa questão é crucial para nós: Para onde vamos? E como vamos?

Há 20 anos atrás, quando o presidente Lula venceu as eleições, o mundo era outro. Era o poder imperial dos Estados Unidos. Hoje não é mais isso, nós temos opções. Mas qual a opção? Para onde vamos? Com quem? Reclamar que os chineses só comprem produtos primários nossos? Isso é quase nada. Nós é que temos que

dizer o seguinte: nós queremos exportar isso ou aquilo, porque não vai ser o chinês que vai dizer o seguinte: “olha, por que vocês não produzem manufatura pra gente comprar?”, “por que vocês só produzem soja?”, “por que vocês não industrializam a soja?”, “por que o Brasil segue sendo um maior exportador de café em grãos e a Alemanha e a Itália os maiores exportadores de café solúvel?”, “não produz um pé de café, não sei como árvore é ornamental”. Isso é uma questão nacional. Nós precisamos saber e dizer para onde queremos ir.

Mais importante de reconhecer que há uma mudança estrutural no mundo, um novo centro dinâmico, uma nova ordem econômica, é saber que também estamos avançando muito rapidamente para a Era Digital. Não é mais a Era Industrial. A digitalização da sociedade, a digitalização da economia, muda completamente a forma de interagirmos, de aprendermos, de vivermos. Eu sou de uma época que, para conhecer alguma pessoa, uma moça, tinha que ir numa festa, tomar alguma coisa para ficar corajoso para tirar a moça para dançar. Era nervosismo. Depois ainda os colegas falavam: “vai que ela não aceita?”, naquela gozação. Ou seja, hoje é um pouco diferente, é pela internet, por exemplo.

Sou de uma época em que a minha opinião era formada vendo diferentes telejornais, lendo diferentes jornais, revistas. Via tudo, tentava diante da diversidade, formar opinião. Hoje, como é que se forma a opinião? Não é sobre a diversidade, a gente forma opinião a partir da homogeneidade. No meu grupo de WhatsApp, que só tem gente que torce pro Grêmio, se tiver alguém falando mal do Grêmio é excluído. Então é uma sociedade diferente, em que a estrutura de representação, partidos, sindicatos, associação de bairro, moradores, são instituições próprias da Era Industrial e não mais da Era Digital.

Na Era Digital há uma necessidade enorme de uma visão mais totalizadora e, nesse sentido, as igrejas têm avançado muito, porque as igrejas, até 2019, antes da pandemia, cerca de 80 milhões de pessoas iam às igrejas duas vezes por semana. E iam lá porque era espaço de sociabilidade, com quem eu posso falar sobre as minhas dúvidas, sobre as minhas dificuldades, sobre o meu filho que tem 13 anos, não sai da frente do celular e não conversa com ninguém. Isso é um problema dele? Será que é alguma doença? Aí você vai conversar com outra pessoa e ela diz: “isso é comum, a minha filha também é assim.”

Aí eu perco o emprego, eu vou lá no sindicato e o que o dirigente vai dizer? “– O que aconteceu, Márcio? – Eu perdi o emprego. – Ah, você perdeu o emprego por conta desse governo ou por causa desses patrões.” Ou seja, eu sei, como um iluminista, explicar porque houve o desemprego, mas eu não sei dizer a ele uma palavra de esperança, como: “você veio no sindicato, aqui é uma instituição que vai lhe ajudar, nós temos aqui um fundo de financiamento, tem uma cesta básica, temos uma equipe que te procura coletiva de trabalho, nós vamos encontrar a solução para você, isso é importante para nós. Companheiro, estamos juntos!”

Aí eu vou numa Assembleia, o pastor chama as pessoas pelo nome. Pastor conhece o nome das pessoas. O que diz o pastor: “- O que aconteceu, Márcio? – Pois é, pastor, perdi o emprego. - Você veio no lugar certo. Aqui nossa igreja vai lhe ajudar. A dona Maria chegou aqui semana passada e também estava desempregada. Mas aqui tem o seu Antônio, trabalha no supermercado, ficou sabendo que tem uma vaga para mim, e agora Dona Maria tá trabalhando. Aleluia!”

A igreja não vai resolver o problema do desemprego, mas ela tem esperança. Se é um discurso nosso racional, não faz, do ponto de vista da política, a ação necessária. Se eu vier aqui para dizer o seguinte: a situação do Brasil tá ruim e vai piorar. Quem vai ficar na próxima? Nem vou mais. Ficam falando que a coisa tá ruim, preciso de alguma coisa que me anime. É como se eu fosse no consultório, o médico falasse: “ - Eu vi os exames aqui, o senhor tá com câncer e esse câncer, eu vou lhe explicar, esse câncer foi descoberto por um especialista em inglês lá em 1947 e essa pesquisa que ele fez... - Doutor, tudo bem, até bom saber que câncer é esse, mas eu quero saber como eu me curo.” E se o cara disser: “- Olha, Márcio, esse câncer aí eu acho que...”, eu levanto dali e vou procurar um curandeiro, qualquer um que me dê esperança, que me fale do futuro. Não que o futuro esteja cancelado.

Então, a Era Digital, e olha que nós estamos indo para uma segunda fase da Era Digital, a primeira estamos encerrando, que é aquela fase que a gente colocou de grátis tudo, todas as nossas informações para dentro do celular, para dentro da internet, colocamos a nossa lista telefônica, colocamos a nossa agenda, colocamos os roteiros que a gente faz utilizando os aplicativos para chegar em tal lugar, nós colocamos as nossas contas bancárias, colocamos as mensagens, colocamos os vídeos, as músicas, colocamos tudo lá dentro e, ao fazermos isso, aconteceu as Big

techs, as estrangeiras, porque o Brasil se nega a construir empresas de internet, o que é um absurdo.

Como é que pode o Brasil, por exemplo, não ter um aplicativo de GPS? Por que precisamos dos GPS dos Estados Unidos? Inclusive, o Brasil não pode nem entrar em algum conflito externo se os Estados Unidos tiverem do outro lado, porque simplesmente eles desconectam do satélite, a gente fica vendo navio. Imagina o que é a universidade sem internet. Não levanta um voo do aeroporto. Imagina a confusão que vai ser para saber currículo, histórico escolar, sem internet. Nós estamos na mão dos Estados Unidos, pode ser da China, ou qualquer país.

A questão é porque nós não temos soberania tecnológica, por que não temos engenheiros? Não tem gente capaz? Claro que temos. É uma questão de decisão nacional, soberania tecnológica. Nós estamos tão distantes dessas preocupações que, por exemplo, o movimento sindical lá nos anos 30 e 40 defendia o que: uma cesta básica de alimentos, o salário tem que ter pelo menos uma cesta básica, porque senão, não dá. Hoje não há uma palavra sobre os trabalhadores. A classe trabalhadora brasileira, para fazer política, precisa ter uma cesta digital, porque há uma exclusão digital no Brasil. O preço do aparelho telefônico, o preço do programa de acesso à internet.

Eu dei aula durante 2020, 2021 e o que acontecia com os meus alunos: eles não ligavam a câmera. Às vezes é até bom, mas o porquê que não ligaram a câmera, porque a câmera mostra sua intimidade, em que lugar você está assistindo a aula e grande parte dos nossos estudantes não tem lugar decente para assistir uma aula pela internet. Isso é a realidade do Brasil. Isso é uma questão pública, o acesso à internet, e não há reivindicação nesse sentido. É uma visão Liberal, cada um para si, compre o seu programa. Tudo do ponto de vista privado. Poderia ser completamente diferente.

Então, nesta fase que a gente colocou todas as informações para dentro, as grandes empresas estrangeiras juntaram as informações, sistematizaram e trabalham agora com o algoritmo. Agora, na verdade, a gente funciona em função disso. Esses dias meu celular acabou, eu nem lembrava o telefone da minha casa, para dizer o mínimo. O desespero. Mas essa fase está ficando para trás, porque agora a nova fase chama-se Metaverso. É quando nós vamos entrar na internet. E como é que nós

vamos fazer isso? Nós precisamos trabalhar com planejamento, com visão de futuro, isso é fundamental do ponto de vista de uma mudança de era.

O problema chave é que nós estamos entrando na Era Digital como entramos na Era Industrial. Como entramos na era Industrial? Nós entramos a partir da vinda do Dom João VI, que acertou com os ingleses que precisavam de mercado para os seus produtos, porque havia um fechamento dos mercados na Europa em função da guerra com Napoleão. Estava fechando tudo, iriam invadir Portugal. Então Dom João XVI sai de Portugal, vem para cá e a primeira medida que ele toma quando chega na Bahia é a abertura dos portos para as nações amigas e, a partir dali, ao invés de nós vendemos e compramos só dos portugueses, passamos a comprar e vender para os ingleses.

E começamos a ter acesso aos bens manufaturados porque os portugueses não produziam manufatura. E o nosso acesso a esta Era Digital, dos bens manufaturados, se deu basicamente através da importação. Então exportamos café, algodão e comprávamos produtos, vestuário e equipamentos. Como foi o caso de Dom Pedro II, por exemplo, que, se não me falha a memória, o Brasil foi o segundo país a ter telefone, porque Dom Pedro II parece que era amigo, ou conhecido do Graham Bell.

Aí foi instalado aqui na cidade do Rio de Janeiro, primeiro país da América, depois dos Estados Unidos, o telefone a 4000 metros da casa do Imperador, da casa dos seus ministros. 4000 metros, o Brasil já tinha telefone. Quando é que o povão vai ter telefone? Mais de 100 anos depois. Ou seja, a raiz da nossa desigualdade tem a ver com a forma como nós entramos na Era Digital.

O povão só começou a ter produtos, quando decidiu produzir internamente, com a Revolução de 30. Se nós quisermos produzir internamente, internalizar os bens e serviços digitais, é uma decisão fundamental, porque o Brasil hoje diante da divisão internacional do trabalho que separa países que produzem e exportam bens e serviços digitais e de outro lado os países que importam, consomem bens e serviços digitais, porque não produzem. O Brasil é a décima terceira economia do mundo, é a sexta maior população do mundo, é o quinto maior espaço geográfico territorial do mundo, mas nós somos o quarto maior mercado consumidor de bens e serviços digitais.

E, para ter acesso ao celular, nós precisamos produzir e exportar soja, minério de ferro, porque, se nós não exportamos esses produtos, não teremos receita para

comprar o celular ou os programas de computador. Nós entramos muito mal nessa história, com essa inserção na divisão do trabalho. Não precisa universidade no país, porque um emprego possível a ser gerado são os empregos que nós sabemos hoje, essa precarização generalizada, que é o que é possível gerar numa entrada na divisão internacional do trabalho como nós entramos. É fundamental alterar a posição do Brasil nessa divisão, e nós podemos fazer, nós temos universidades, temos instituições de pesquisa, temos no ensino superior uma capacidade de Ciência, Tecnologia ainda muito importante, podemos fazer isso a questão de decisão política.

E por fim, a questão da emergência climática, a entrada numa nova um novo regime climático: o Antropoceno, nós estamos a 40 anos, na verdade, de desilusões com esse conceito de desenvolvimento sustentável, que baixaram dizendo que era possível no capitalismo ter desenvolvimento sustentável. Desde os anos 80, que a gente vem insistindo nisso: desenvolvimento sustentável. O que aconteceu depois de 40 anos? a temperatura subiu. O IPCC, está comprovando em todos os seus relatórios. Já tá dado que a temperatura já tá mais alta, é outro regime climático. Como é que nós vamos conviver com esta nova realidade? E nós, digamos assim, temos um passaporte, porque temos ainda os biomas no Brasil. Estão sendo destruídos, mas nós temos ainda uma base inegável.

O Brasil precisa de uma empresa tipo a Petrobras dentro da Amazônia para contribuir e gerar riqueza a partir da biodiversidade que lá temos. O Brasil precisa de uma empresa estatal que estude e trabalhe com o fundo do mar. A Petrobras arranhou um pouquinho e encontrou petróleo, mas o fundo do mar tá cheio de riqueza. Nós precisamos pensar do ponto de vista do espaço sideral, não sei se vocês tiveram oportunidade de ver o mapa dos satélites que nos cobrem o espaço nacional, são todos satélites que não são produzidos no Brasil, satélites privados, não pagam impostos, manipulam as nossas informações. Tem uma frente de geração de riqueza, de emprego, enorme no país. É um potencial gigantesco, tudo isso tá acontecendo, é uma mudança de época, é uma outra época.

Nós temos a oportunidade de escrever a história do país diferente, com as nossas próprias mãos, no momento chave da história nacional, é óbvio que os ricos, a classe dominante sabem disso, porque vivemos numa sociedade de classes. Se gente sair daqui e encontrar o pobre coitado, que tá morando de rua e perguntar assim: “- o que que você pensa do Brasil em 2025? - eu não sei se amanhã eu vou

estar vivo, eu nem comi hoje, eu nem sei se o que vai acontecer hoje à noite, durmo na rua, posso ser queimado.”

Os pobres dos pais não pensam o dia, a classe trabalhadora organizada pode perguntar pra um Metalúrgico: “- o que você pensa do Brasil daqui a dois três quatro anos? – não, não, esse mês esse mês eu tô fazendo hora extra, vou levar a família para almoçar lá fora de casa.” A classe operária, pensa 30 dias. A classe média assalariada, pensa um ano: “esse ano vou juntar um terço de férias mais as férias, aí vou viajar, vou trocar de carro, fazer uma reforma na casa”.

Quem pensa o futuro é a classe dominante, ou as instituições, a universidade, o sindicato, o partido, essas instituições públicas que tem por dever olhar o futuro. A classe dominante por olhar o futuro e saber que estamos vivendo uma mudança de época, o que eles nos oferecem? Eles nos oferecem, na verdade, o sofrimento, o dia a dia. O povo que tá triste tentando viver o dia, não pensa no amanhã, não sonha com o amanhã.

Esse me parece um papel absolutamente fundamental que nos cabe enquanto professores, estudiosos, universitários. O Brasil evidentemente pode muito mais, e nós estamos tendo uma oportunidade de ouro. Poucas gerações tiveram uma oportunidade como essa, eu acredito que o fato de nós estarmos aqui, nessa terça-feira à noite, é porque a gente sabe que é possível fazer um país diferente. Está nas nossas mãos, o Brasil pode muito mais! Muito obrigado.